



## #SOU biblioteca ESCOLAR

# CONHEÇA A CAMPANHA #SOUBIBLIOTECAESCOLAR

PÁGINA 16

**A MAGIA DAS GIBITECAS NA FORMAÇÃO LEITORA**

PÁGINA 04

**OS NOVOS CAMINHOS PARA O PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO**

PÁGINA 10

**OS DESAFIOS PARA A ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS**

PÁGINA 24



**Sistema CFB / CRB**  
Conselho Federal de Biblioteconomia  
Conselhos Regionais de Biblioteconomia

**BOLETIM DA BIBLIOTECONOMIA**  
Nº 80 – ANO 15 – 19ª GESTÃO (2022/2024)

**DIRETORIA**

Presidente: Fábio Lima Cordeiro – CRB-1/1763 |  
Vice-presidente: Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira –  
CRB-5/946 | Diretora Administrativa: Patrícia Verônica  
Nascimento Dias Fernandes – CRB-5/1353 | Diretor Técnico:  
Fernando Braga Ferreira – CRB-3/640 | Diretor Financeiro:  
Luiz Otavio Maciel da Silva – CRB-2/771

**COMISSÕES PERMANENTES**

**Comissão de Legislação e Normas (CLN)**

Valéria Aparecida Bari – CRB-5/1552 (coordenadora)  
Aldinar Martins Bottentuit – CRB-13/318  
Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira – CRB-5/946

**Comissão de Divulgação Valorização Profissional (CDV)**

Nelson Oliveira da Silva – CRB-10/854 (coordenador)  
Fernando Braga Ferreira – CRB-3/640  
Valéria Aparecida Bari – CRB-5/1552

**Comissão de Tomada De Contas (CTC)**

Anderson Alberto Saldanha Tavares – CRB-2/1282 (coordenador)  
Maria Lourdes Blatt Ohira – CRB-14/213  
Mariza Martins Coelho – CRB-6/1637

**Comissão de Ética Profissional (CEP)**

Valéria Martin Valls – CRB-8/5243 (coordenadora)  
Jean Charles Racene dos Santos Martins – CRB-11/719  
José Alimatéia de Aquino Ramos – CRB-6/580

**Comissão de Licitação (CLI)**

Nelson Oliveira da Silva – CRB-10/854 (coordenador)  
Ailton Moreira da Rocha (pregoeiro)  
Tatiana de Paula Martins de Souza (autoridade competente)

**Comissão de Ensino e Formação Profissional (CENF)**

Aldinar Martins Bottentuit – CRB-13/318 (coordenadora)  
Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira – CRB-5/946  
Rosa Zuleide Lima de Brito – CRB-15/213

**Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas (CBEP)**

Maria Lourdes Blatt Ohira – CRB-14/213 (coordenadora)  
José Alimatéia de Aquino Ramos – CRB-6/580  
Rosa Zuleide Lima de Brito – CRB-15/213

**Comissão de Fiscalização (CFI)**

Anderson Alberto Saldanha Tavares – CRB-2/1282 (coordenador)  
Aldinar Martins Bottentuit – CRB-13/318  
Fernando Braga Ferreira – CRB-3/640

**Comissão de Avaliação de Documentos (CPAD)**

Patrícia Verônica Nascimento Dias Fernandes – CRB-5/1353  
(coordenadora)  
Maria Lourdes Blatt Ohira – CRB-14/213  
Rosa Zuleide Lima de Brito – CRB-15/213

**COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**Comissão de Diversidade e Acessibilidade**

Jean Charles Racene dos Santos Martins – CRB-11/719  
(coordenador)  
Valéria Aparecida Bari – CRB-5/1552  
Valéria Martin Valls – CRB-8/5243

**Comissão de Gestão por Indicadores  
e Relatório para o TCU**

Mariza Martins Coelho – CRB-6/1637 (coordenadora)  
Luiz Otavio Maciel da Silva – CRB-2/771  
Nelson Oliveira da Silva – CRB-10/854

**FUNCIONÁRIOS**

Roberto Barros Cardoso – Gerente Executivo | Leonardo  
Pimentel Bueno – Assessor Jurídico | Ailton Moreira da  
Rocha – Auxiliar Administrativo | Tatiana de Paula Martins  
de Sousa – Assistente Administrativa

**CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA – CFB**

SRTVN Ed. Brasília Rádio Center, salas 1079/2079,  
CEP 70.719-900, Brasília-DF.  
Telefones: (61) 3328-2896 / (61) 3328-2080 | Fax: (61)3328-2894  
www.cfb.org.br e cfb@cfb.org.br

**BOLETIM DA BIBLIOTECONOMIA**

Produção: Prefácio Comunicação | 31 3292 8660 |  
www.prefacio.com.br  
Jornalista responsável: Ana Luiza Purri RJP 05523/MG  
Edição: Bruno Assis  
Reportagem: Lucas Alvarenga MTB 17.557/MG  
Foto da capa: Rebeca Zocratto (arte)

# PALAVRA DO PRESIDENTE



Bruno Assis/Prefácio Comunicação

**FABIO LIMA CORDEIRO**

CRB-1/1763

PRESIDENTE

Discutir a importância da pessoa bibliotecária em uma sociedade focada na troca de informação. A partir desse conceito, estruturamos a 81ª edição do Boletim da Biblioteconomia. E dois marcos nos guiaram: a celebração dos 60 anos da Lei nº 4.084/1962, que regulamentou nossa profissão, e a campanha #SouBibliotecaEscolar, uma iniciativa do Sistema CFB/CRB para garantir o cumprimento da Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares (Lei nº 12.244/2010).

São dois temas importantes e que possuem uma ligação estreita. Enquanto a primeira norma assegura direitos básicos à categoria, que pode ampliar suas competências e conquistar espaços, a segunda obrigou as instituições de ensino públicas e privadas a terem uma biblioteca, com pelo menos uma obra por aluno, evidenciando a importância desse equipamento.

Por isso, a matéria de capa detalha o lançamento da campanha #SouBibliotecaEscolar, mostrando o evento, as ações em curso e os apoios obtidos para essa caminhada. Em outra reportagem, mostramos

como a Biblioteconomia se adaptou à crescente demanda por gestão do conhecimento, atuando em espaços pouco convencionais.

Também falamos sobre a dura realidade enfrentada para incluir pessoas com algum grau de deficiência nas bibliotecas. A matéria evidencia os desafios das universidades na preparação de pessoas aptas a acolher, a necessidade de formação continuada e o papel de entidades como o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) na articulação de uma rede de apoio integral à pessoa com deficiência.

Além disso, debruçamo-nos no universo lúdico e informativo das gibitecas, que cativa leitores de todas as idades. A reportagem mostra como os quadrinhos contribuem para a formação leitora, em parceria com os professores. Um diálogo, aliás, que se estende para as discussões do Programa Nacional do Livro Didático, do qual os bibliotecários se tornaram protagonistas no 16º Encontro Técnico, promovido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Por fim, a 81ª edição apresenta um balanço do Mês da Bibliotecária e do Bibliotecário. A ação, realizada em março, mobilizou o Sistema CFB/CRB em mais de 50 atividades focadas na construção de políticas públicas para a área da informação. Os eventos também lançaram luz sobre o cumprimento da Lei nº 12.244/2010, tema da campanha #SouBibliotecaEscolar.

Assim, fechamos um ciclo virtuoso, que busca contribuir para a construção da cidadania e a formação de novos leitores. E convidamos todos a se engajarem nessa causa.

Boa leitura!

# SUMÁRIO

GIBITECAS CONTRIBUEM PARA A  
FORMAÇÃO LEITORA E ENCANTAM  
DIFERENTES GERAÇÕES

**PÁGINA 4**

TECNOLOGIA E FORMAÇÃO  
MULTIDISCIPLINAR ABREM NOVOS  
CAMPOS DE ATUAÇÃO PARA OS  
BIBLIOTECÁRIOS

**PÁGINA 10**

CAMPANHA DO SISTEMA CFB/  
CRB É LANÇADA PARA GARANTIR  
CUMPRIMENTO DA LEI Nº 12.244/2010

**PÁGINA 16**

O PROTAGONISMO POLÍTICO DA  
PESSOA BIBLIOTECÁRIA -  
ARTIGO DE VALÉRIA BARI

**PÁGINA 22**

DA FALTA DE ESTRUTURA AOS  
PROBLEMAS NO ATENDIMENTO: OS  
DESAFIOS PARA A INCLUSÃO NAS  
BIBLIOTECAS

**PÁGINA 24**

CFB PARTICIPA DE 16º ENCONTRO  
TÉCNICO DO PROGRAMA NACIONAL  
DO LIVRO DIDÁTICO

**PÁGINA 29**

SISTEMA CFB/CRB EXPÕE DESAFIOS  
DA PROFISSÃO EM LIVES DO MÊS DA  
BIBLIOTECÁRIA E DO BIBLIOTECÁRIO

**PÁGINA 30**

Cido Marques



Freepik



Andreia Naomi



Bruno Assis/Prefácio Comunicação



Arquivo ABR



Saulo Cardoso/Divulgação FIDE



Alyne Pinheiro



# A MAGIA DAS GIBITECAS NA FORMAÇÃO LEITORA

*Bibliotecários e pesquisadores de histórias em quadrinhos contam como esse gênero tem cativado adeptos de todas as idades, mesmo ainda desprestigiado nas instituições*



Prefeitura de Curitiba

*Inaugurada em 1982, a Gibiteca de Curitiba foi a primeira instituição pública do mundo especializada em HQs*

Conhecida como a nona arte, as histórias em quadrinhos (HQs) são uma junção bem-sucedida de roteiro, imagens e traço do autor. Condensam narrativas originais ou adaptam clássicos da literatura, do teatro e do

cinema. Podem apresentar histórias reais ou concretizar sonhos como voar, habitar novos planetas ou viver em outras épocas. Fascinantes, têm estimulado a formação de novos leitores há décadas por meio de sua arte sequencial

e personagens marcantes. Quem não se lembra de crescer com a Turma da Mônica, o repórter aventureiro Tintim, os gauleses Asterix e Obelix ou com os inúmeros super-heróis da Marvel e DC, por exemplo?

No Brasil, as HQs estão presentes desde o século XIX. Em 1869, o desenhista ítalo-brasileiro Ângelo Agostini criou a primeira história em quadrinhos genuinamente nacional. O primeiro e mais relevante periódico para a leitura infantil na América Latina também é dele, “O Tico-Tico”. Essas iniciativas transformaram o país em referência na produção de quadrinhos infantis e na criação de gibitecas, bibliotecas especializadas em HQs.

O Brasil, inclusive, foi o primeiro país do mundo a inaugurar uma gibiteca pública. O espaço foi lançado em 1982, em Curitiba/PR, por iniciativa do arquiteto Key Imaguire Jr., mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Nos Estados Unidos, as bibliotecas especializadas em quadrinhos predecessoras à Gibiteca de Curitiba foram concebidas para pesquisas acadêmicas. Já na Europa, as experiências de sistematização de acervos de HQs só vingaram tempos depois.

Essa vontade de inserir a linguagem dos quadrinhos nos espaços formais de leitura não é uma exclusividade dos curitibanos. Em 1991, foi a vez da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo criar a Gibiteca Henfil, localizada na Biblioteca Infanto-Juvenil Viriato Corrêa. O espaço nasceu a partir da aquisição de álbuns de HQs nacionais e internacionais e de doações de colecionadores particulares e de editoras, como Abril, Martins Fontes e Globo. Mas logo cresceu e se tornou uma das maiores gibitecas do país.

Em 1999, a instituição foi transferida para o Centro Cultural São Paulo, integrando HQs, livros, revistas e demais publicações do



Divulgação CCSP



Divulgação CCSP

*A Gibiteca Henfil, em São Paulo, possui um acervo superior a 10 mil títulos e mais de 119 mil exemplares*

catálogo ao acervo da Biblioteca Sérgio Milliet. A gibiteca veio com uma nova linguagem para o espaço, estabelecendo-se como um lugar de convivência para profissionais da área e fãs de quadrinhos. Não à toa, promove palestras, debates, exposições, lançamentos e eventos – com destaque para o encontro de Mauricio de Sousa com as crianças e a entrega do prêmio Ângelo Agostini, pela Associação dos Quadrinistas e Caricaturistas do Estado de São Paulo (AQC-ESP).

Atualmente, o espaço possui

um acervo superior a 10 mil títulos e mais de 119 mil exemplares, incluindo publicações das décadas de 1960 e 1970. “O público leitor de HQ, geralmente, não é o mesmo da biblioteca. Ele é diferenciado e antenado com a cultura geek, pop e nerd. O fato de os quadrinhos serem uma constante na produção cultural – assim como filmes e séries – contribui para a formação de novos leitores pelo tipo de conteúdo de seus acervos”, destaca o bibliotecário e coordenador da Gibiteca Henfil, Hugo Leonardo Abud (CRB-8/7885).

## ESPAÇO DE CULTURA POP

Cerca de 3 mil quilômetros distante de São Paulo, outro espaço reúne apaixonados por quadrinhos, pesquisadores, colecionadores, autores, desenhistas e admiradores da cultura pop. A Gibiteca de Fortaleza, anexo setorial da Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira, foi construída a partir de uma demanda da população cearense, acolhida pelo orçamento participativo em 2009. Inaugurada no ano seguinte, cumpre a missão de resgatar e formar novos leitores de quadrinhos e valorizar cenas como a geek, underground e de ficção científica.

Diretor da Biblioteca Municipal e da Gibiteca de Fortaleza, Eduardo da Silva Pereira (CRB-3/1520) também é autor e pesquisador de narrativas sequenciais. Segundo o bibliotecário, a instituição possui um acervo com mais de 5 mil HQs, além de ser ponto de encontro de crianças, jovens e adultos interessados no tema. Com uma programação diversa, o espaço busca fortalecer a cultura dos quadrinhos por meio de palestras, cursos e feiras, ações de gibiarte, lançamentos de obras, concursos de animes e cosplays e eventos como o Dia do Quadrinho Nacional (30/01), a Gibigeek e o Cine Nanquim.

“Quando apresentamos profissionais dos quadrinhos ao público, conseguimos despertar o interesse na arte sequencial, principalmente se esses artistas são nascidos na região. Para uma criança ou jovem, se reconhecer em um daqueles criadores – muitos com trabalhos pela Marvel, Dark Horse, DC Comics, Globo e editoras



Divulgação



Divulgação

*Inaugurada em 2010, a Gibiteca de Fortaleza busca formar novos leitores e valorizar cenas como a geek, underground e de ficção científica*

de mangás – é uma experiência transformadora. Não por acaso, muitos começam na leitura pelos quadrinhos, mas vão para os livros sem nunca abandonar as HQs”, admite Eduardo, também formado em Cinema e Audiovisual.

## QUADRINHOS NAS ESCOLAS

Embora seja um expoente no tema, o Brasil ainda possui poucos acervos de quadrinhos voltados exclusivamente para as crianças.



Brígida Rossi



Brígida Rossi

*A Gibiteca de Leopoldina se tornou um grande projeto interdisciplinar, que atende mais de 700 alunos de várias faixas etárias*

As gibitecas, espaços que contemplam essas obras, podem ser independentes ou funcionar dentro de bibliotecas. Seja nas escolas ou nas bibliotecas públicas, cumprem o papel de formação de leitores e mediação da leitura, de forma compartilhada e inclusiva. Isso acontece em função da própria característica dos quadrinhos: híbridos de texto e imagem, lúdicos e atrativos para quem bus-

ca uma leitura que concilie prazer com aprendizado.

Os quadrinhos foram o recurso escolhido pela professora Natania Aparecida da Silva Nogueira para melhorar o rendimento dos seus alunos. Doutora em História, ela criou o projeto Gibiteca Escolar Helena Fonseca na Escola Municipal Judith Lintz Guedes Machado, em Leopoldina, na Zona da Mata mineira. A iniciativa, implementa-

da em 2006, foi uma das vencedoras da terceira edição do prêmio Professores do Brasil, organizado pelo Ministério da Educação (MEC).

“A gibiteca nasceu como um projeto comunitário de incentivo à leitura, que contemplasse todas as disciplinas. Na época, os alunos chegavam ao ensino fundamental com dificuldades de vocabulário e de interpretação de texto; por isso, não se habituavam aos livros didáticos. A leitura de quadrinhos começou a transformar essa realidade, melhorando o desempenho escolar e gerando novas ideias a partir dessa iniciativa”, avalia a professora.

A gibiteca se tornou um grande projeto interdisciplinar, que atende mais de 700 alunos, do Ensino Infantil até a Educação de Jovens e Adultos (EJA). “Conseguimos levar os quadrinhos para a comunidade por meio de tendas literárias, motivamos o trabalho voluntário dos mais velhos e montamos oficinas com quadrinistas. Essas atividades têm despertado na comunidade uma sensação de pertencimento ao projeto.”

De 2006 até então, o acervo da gibiteca cresceu de 2,6 mil para 12 mil quadrinhos, assim como o espaço, que do antigo depósito se transformou em uma das maiores salas da instituição. No entanto, Natania lamenta a ausência de um bibliotecário à frente do espaço. “Os alunos tiveram que fazer tudo de forma intuitiva: separar, organizar e catalogar o acervo. Com um bibliotecário, poderíamos aprender esse processo e até mesmo entender como recuperar as publicações que temos.”

## FORMAÇÃO COMO DESAFIO

As dificuldades de Natania e de seus alunos se estendem aos profissionais da informação. Segundo a bibliotecária e mestrande em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Ida Conceição Andrade, o controle do acervo também é um desafio para bibliotecários. “Os quadrinhos são obras de papel muito frágil. Então, a perda e o desgaste desse tipo de material são muito comuns”. A tal empecilho, soma-se o fato de as HQs não seguirem os padrões de editoração dos livros. “Muitas possuem diferenciais na capa, folha de rosto, lombada e conteúdo. Por isso, precisam ser analisadas com cuidado pelos bibliotecários”, ressalta o coordenador da Gibiteca Henfil.

Para o bibliotecário, termos como licenciador, arco de história, série fechada, minissérie, conteúdo alternativo, independente, mangás, hentais, angura, manhwas, webcomics desafiam ainda mais o profissional da informação a organizar esses materiais. Para oferecer uma resposta às dificuldades de catalogação de tipo de conteúdo, Hugo Leonardo publicou, em 2012, um artigo sobre a [metodologia de classificação](#) adotada para a gibiteca paulistana.

O material contribui para a organização, disponibilização e preservação dos acervos, bem como para a formação do bibliotecário. No entanto, por suas características únicas, as HQs demandam outras competências na área. “O bibliotecário precisa, no mínimo, conhecer os quadrinhos e saber diferenciá-los. Claro que se a faculdade tivesse o compromisso de lidar melhor com as HQs e com essa tipologia documental, com certeza teríamos mais produções e pesquisas na área, o que, atualmente, é ex-

tremamente escasso”, analisa Hugo Leonardo.

A Universidade Federal do Sergipe (UFS) é uma das raras exceções nesse sentido. A instituição possui uma disciplina na graduação dedicada à atuação com HQs – “História em Quadrinhos e Formação do Leitor” – e outra no mestrado profissional em Ciência da Informação – “Histórias em Quadrinhos e Leitura Crítica para Profissionais de Informação”. Elas foram criadas por iniciativa da bibliotecária, doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP) e conselheira da 19ª Gestão do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), Valéria Aparecida Bari (CRB-5/1552), responsável por ministrá-las.

## CONTRA O PRECONCEITO

Como parte dos bibliotecários e do público ainda vê os quadrinhos como uma arte menor, isso afeta a criação de novas gibitecas. “Como muitas HQs trazem histórias de violência, recebo constantemente doações de instituições que não sabem o que fazer com as publicações. Entendo que a biblioteca não tenha as coleções completas, mas o bibliotecário pode oferecer gibis aleatórios para leitura de forma organizada. Cabe ter interesse em agir”, salienta Hugo Leonardo.

Nas escolas, esse cenário não é muito diferente, segundo Ida Conceição. “Nesses espaços, os quadrinhos ainda são considerados uma leitura banal por parte dos gestores e dos bibliotecários responsáveis. Mas temos conversado com os professores, mostrando que os gibis podem ser adaptados para os clássicos da literatura. Assim acolhemos não só a leitura tradicional como ajudamos na formação de novos leitores e na me-



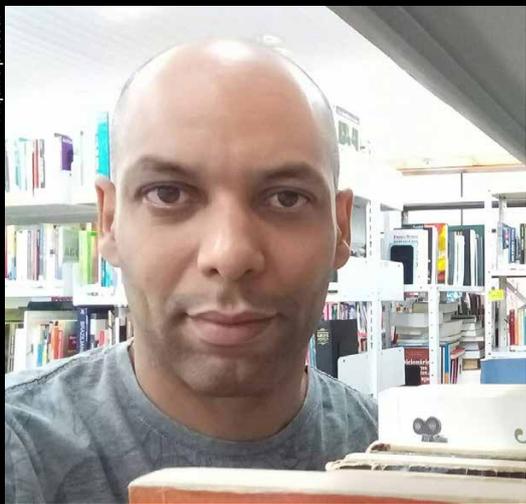
Arquivo pessoal

*Para a bibliotecária Ida Conceição, é gratificante ler um conteúdo didático em forma de quadrinhos, pois a leitura lúdica atiza o aprendizado*

lhoria do ensino e do aprendizado.”

Uma das formas de combater o preconceito em relação aos quadrinhos é incentivar a pesquisa acadêmica sobre o tema, como fez o norte-americano Nick Sousanis. Em 2015, ele publicou sua [tese de doutorado](#) sobre a importância do pensamento visual no processo do ensino e aprendizagem no formato de HQs. “Os quadrinhos não servem apenas para diversão. Eles são recursos amplos, fundamentais à formação leitora, e, por consequência, à educação. Para o aluno, é mais gratificante ler um conteúdo didático em forma de quadrinhos, pois a leitura lúdica atiza o aprendizado”, afirma Ida Conceição.

Nesse contexto, a leitura de gibis se mostra uma mágica tão ou mais grandiosa que a do personagem Billy Baston, que ao gritar “Shazam” adquire superpoderes. Afinal, ela oferece a quem se debruça sobre suas páginas o poder das palavras e de capacidade de viajar pela imaginação.



Os bibliotecários Eduardo Pereira e Glauber West e a professora Natania Nogueira participaram de uma live sobre bibliotecas escolares e gibitecas, promovida pelo CFB

## FANZINES: PORTA DE ENTRADA PARA AS HQS

Quando ainda eram garotos, o roteirista Jerry Siegel e o desenhista Joe Shuster fizeram um fanzine que se tornaria o precursor de um dos personagens mais populares do mundo: o Super-Homem. Esse formato de publicação independente, conhecido como revista para fãs, atrai pessoas com diferentes interesses, como música, ficção científica, literatura e até ufologia.

O bibliotecário Eduardo da Silva Pereira lembra que inúmeros fanzineiros – artistas que publicam fanzines – dedicam revistas inteiras com bastidores sobre a produção de quadrinhos. O inverso também acontece: a Gibiteca de Fortaleza possui uma seção exclusiva com fanzines de diferentes regiões do país, que reúnem histórias, curiosidades e entrevistas com autores, desenhistas e arte-finalistas.

No Brasil, esse formato atraiu a atenção de artistas como Angeli e Laerte, assim como poetas da literatura marginal. Nas escolas, assim como os HQs, as fanzines transportam estudantes para o universo da leitura. É o caso dos alunos da rede pública de Picada Café, cidade gaúcha de 5,5 mil habitantes. Com o aprendizado obtido nas oficinas promovidas pelo bibliotecário Glauber West Ferreira (CRB-10/2523), responsável por coordenar a Biblioteca Municipal José Antônio Lutzenberger, eles se apropriaram do formato para produzir seus trabalhos escolares de forma mais criativa.

“Dediquei meu trabalho de conclusão de curso ao estudo dos fanzines no movimento punk nos anos de 1990. Alguns anos mais tarde, de 2013 a 2014, implementamos essas oficinas para despertar o interesse dos alunos pelos trabalhos acadêmicos. Para um bibliotecário, é gratificante ver que podemos colaborar para a formação leitora e o aprendizado em sala de aula”, rememora.

# QUANDO A INFORMAÇÃO FAZ A OPORTUNIDADE

*A crescente demanda por gestão do conhecimento e uma formação mais plural abre novas possibilidades de atuação para a pessoa bibliotecária*

Freepik



**E**squeça o estereótipo do profissional que fica atrás de uma mesa, organizando livros e fichas catalográficas. Com as constantes atualizações tecnológicas e mudanças nas relações de trabalho, diversas

profissões passaram por uma verdadeira revolução. Os computadores, a automação e a presença massiva da internet mudaram substancialmente a forma de se informar, ampliando o papel do bibliotecário para além da me-

dição entre usuários de bibliotecas e o conhecimento. Com as novas dinâmicas do mercado, cada vez mais é preciso atuar em parceria com áreas como engenharia, comunicação, tecnologia da informação e outras.

A crescente demanda por gestão da informação faz da Biblioteconomia uma profissão com baixo risco de extinção. Em 2013, os pesquisadores Carl Benedikt Frey e Michael Osborne, da Universidade de Oxford, no Reino Unido, já evidenciavam essa percepção. Eles publicaram um extenso estudo no qual destacaram a probabilidade de 702 profissões serem realizadas por computadores no futuro. O trabalho dos bibliotecários surgiu na longínqua 360ª posição, com 0,65% de chance de ser substituído. Mas a que se deve esse resultado?

A coordenadora do colegiado do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Cíntia de Azevedo Lourenço (CRB-6/2192), acredita que a tecnologia ajudou a transformar o perfil da profissão. “Deixamos de ser os ‘eremitas’ que ficavam no fundo da biblioteca construindo catálogos, indexando e classificando. Hoje, esses processos se agilizaram com a automação e ficamos mais disponíveis para atender os usuários, oferecer produtos e serviços informacionais de qualidade e, principalmente, para inovar.”

Embora a Lei nº 4.084/1962 – que regulamentou a atividade no país – apresente uma visão restrita sobre o trabalho dos bibliotecários, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), publicada pelo Ministério do Trabalho em 2002, amplia esse escopo. Segundo o CBO, esses profissionais podem disponibilizar informação em qualquer suporte; gerenciar unidades, redes e sistemas de documen-

tação e informação; tratar e desenvolver recursos informacionais; facilitar o acesso e a geração do conhecimento; desenvolver ações educativas, estudos e pesquisas; realizar difusão cultural; e prestar serviços de assessoria e consultoria.

O professor adjunto do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Fabiano Couto Corrêa (CRB-10/1453), observa que a incompreensão do mercado e da sociedade situava a atuação bibliotecária apenas nas bibliotecas. Mas esse cenário se transformou. “Estamos diante de uma revolução digital que está resignificando a sociedade de forma profunda e a uma velocidade vertiginosa, pressionando as bibliotecas e os bibliotecários a expandirem suas atividades e canais de comunicação”.

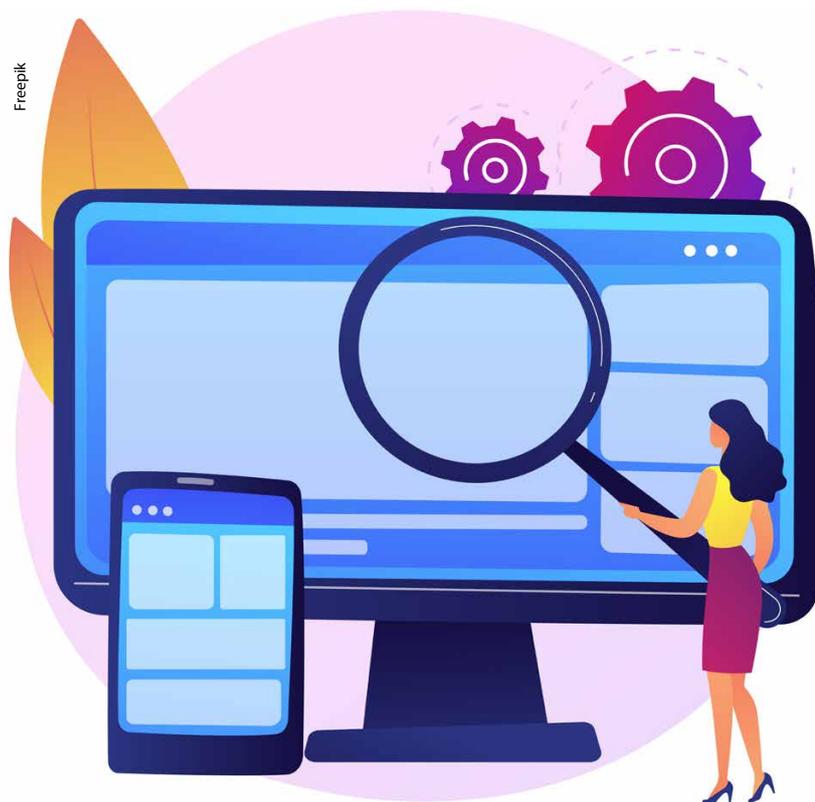
#### **BIBLIOTECÁRIO NA ENGENHARIA**

Quando prestou vestibular para o curso de Biblioteconomia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), em 2008, Vinicius Rodrigues Pereira (CRB-8/10200) sequer imaginava as inúmeras possibilidades de atuação. “Desde pequeno sempre tive a mania de organizar coisas, como CDs, VHSs, DVDs e livros. Nem poderia imaginar que existiam sistemas de classificações decimais como a Dewey e a Universal”, rememora.

Com o passar dos períodos na faculdade e com as primeiras experiências profissionais, Vinicius foi gradativamente se envolven-



*Deixamos de ser os ‘eremitas’ que ficavam no fundo da biblioteca construindo catálogos, indexando e classificando. Hoje, esses processos se agilizaram com a automação e ficamos mais disponíveis para atender os usuários, oferecer produtos e serviços informacionais de qualidade e, principalmente, para inovar.”*



## BIBLIOTECÁRIO NA NORMALIZAÇÃO

Da mesma forma que Vinícius, Anderson Correia Soares (CRB-7/6374) se encontrou na Biblioteconomia. Egresso da turma de 2010 da Unirio, desistiu de atuar como arquivista por influência de dois ex-colegas de pré-vestibular e pelas possibilidades de concurso público na área. Contudo, assim que ingressou na graduação, descobriu sua vocação. “Sinto que nasci para atuar na organização e na recuperação da informação, apoiando pesquisadores, estudantes e gestores na tomada de decisão e no desenvolvimento de pesquisas.”

Os estágios no período da faculdade foram os mais diversos: em biblioteca escolar, universitária, empresarial e até em hospital. Mas, no fim de 2007, Anderson começou a trabalhar na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). “Havia uma nova área de editoração e acervo sendo implementada na diretoria de Normalização da ABNT. Entrei no início do setor e fui tomando gosto. Já tenho mais de uma década como profissional de normalização, ajudando a padronizar produtos e serviços e contribuindo com a competitividade das indústrias e a segurança das pessoas”, orgulha-se.

O trabalho de pesquisa bibliográfica, análise de dados, classificação de documentos normativos e geração de relatórios e apresentações o permitiu assimilar novos conhecimentos e participar de comissões de estudo do Comitê Brasileiro de Documentação e Informação (ABNT/CB-14).

do com o curso. Os diferentes estágios, realizados em bibliotecas escolares, jurídicas, corporativas e de segmentos como o de energia elétrica, fizeram-no se sentir “escolhido pelo curso”. Mas foi ao chegar em um centro de documentação, com inúmeros projetos e documentos técnicos de arquitetura e engenharia, que encontrou seu lugar.

De estagiário de documentação a analista técnico sênior na Concremat Engenharia e Tecnologia, Vinícius ressalta os desafios dessa área, vivenciados ao longo de oito anos de experiência. “Devido à expansão da documentação digital, a atual produção acaba se tornando excessiva e sem controle. Como bibliotecário, cabe a mim realizar a curadoria desses materiais, aplicando uma gestão eficiente

que facilite a recuperação desses documentos e conscientize os usuários sobre o papel da informação: gerada para todos e para empresa”, avalia.

Pós-graduado em Gestão Eletrônica de Documentos e mestrando em Informática e Gestão do Conhecimento, o analista sugere que a pessoa bibliotecária conheça as ferramentas de mercado e aprenda a aplicar métodos, frameworks e procedimentos atuais no dia a dia de trabalho. Entretanto, pondera que, assim como ele pôde trabalhar na engenharia, também é possível atuar em outras áreas. “Todo lugar gera informação e elas precisam ser organizadas de forma sistemática para o controle assertivo dos documentos e a redução de duplicidade.”



Segundo a bibliotecária, o UX precisa ser integrado ao currículo dos cursos de Biblioteconomia para que os profissionais possam oferecer experiências únicas ao público. “Ao trabalhar com as melhores práticas de experiências do usuário, realizando entrevistas e observando o comportamento das pessoas, o bibliotecário pode resolver problemas, focar nas necessidades e habilidades individuais e promover testes que permitam feedbacks mais eficazes”, exemplifica.

Mas as possibilidades de atuação extrapolam a tecnologia. A bibliotecária, jornalista e idealizadora da plataforma @biblioesporte, Bianca Martins Loyola, sempre sonhou em atuar na área esportiva. Ela, então, desbravou um novo campo dentro da Biblioteconomia ao atuar no arquivo de conteúdo da programadora de canais de assinatura Globosat. Durante os Jogos Pan-Americanos de Lima, em 2019, ela atuou na indexação dos conteúdos esportivos do grupo, além de padronizar e inserir termos no sistema da instituição.

“Embora ainda tenhamos muito a avançar, algumas empresas já perceberam que contar com bibliotecários em seus recursos humanos pode fazer a diferença nos negócios”, diz.

Especialista em inteligência competitiva, Anderson acredita que o bibliotecário pode ser uma peça-chave em setores estratégicos como marketing, comunicação, gestão de projetos e planejamento. “Os recentes avanços na tecnologia da informação abrem novas possibilidades para o bibliotecário. Alguns, inclusive, estão assumindo funções como analistas de experiência do usuário (UX) e segurança da informação. Há um campo fértil no atual mercado de trabalho, mas a sociedade, infelizmente, ainda não nos vê fora das bibliotecas.”

## DO UX AO ESPORTE

A percepção de Anderson se materializa na bibliotecária Maralyza Pinheiro Martins (CRB-3/1174). Mestranda em Ciência da Informação pela Uni-

versidade Federal de São Carlos (UFSCar) e especialista em Tecnologia da Informação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), ela avalia que a busca por compreender o comportamento do usuário em bibliotecas e espaços afins se acentuou com o avanço das tecnologias da informação. Por isso, em seu trabalho junto à consultoria de gestão documental MPGED, defende a adoção do UX na Biblioteconomia.





*Essa interação tem ocorrido tanto dentro quanto fora da universidade. Começa com os docentes de outras áreas inseridos nos cursos e passa por uma nova geração de futuros bibliotecários mais aberta e dinâmica na busca por esses contatos.”*



Freepik

Bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Bianca acredita que a pessoa bibliotecária que sonha em atuar na gestão da informação esportiva precisa conhecer não só sobre a Biblioteconomia, mas também sobre assuntos relacionados à psicologia, ao marketing, ao jornalismo e, lógico, sobre esporte. “É preciso dizer que sou bibliotecária esportiva porque atuo em uma área especializada, que exige competências que vão além da Biblioteconomia”, ressaltou Bianca.

#### **DESAFIOS DA FORMAÇÃO**

Embora atue fora das bibliotecas, assim como Bianca, Vinícius considera baixa a oferta de vagas

para além desses espaços tradicionais. “Precisamos traçar melhores estratégias de divulgação das competências do bibliotecário como gestor de informação em organizações, pois muitas empresas e gestores não nos reconhecem como profissionais que atuam fora das bibliotecas. Para isso, a grade curricular dos cursos de graduação em Biblioteconomia precisa ser constantemente atualizada com disciplinas focadas em tecnologia e curadoria digital.”

Para atender à demanda emergente por esse novo perfil profissional, as universidades têm se esforçado para incluir disciplinas de gestão e tecnologia na formação dos bibliotecários. “Além de promover uma formação continuada dos docentes, a universidade tem buscado contratar outros profes-

sores com perfis mais gerenciais e tecnológicos para que haja um primeiro contato com outras profissões”, destaca Cíntia.

No entanto, esses esforços esbarram na nova Diretriz Curricular, estabelecida pela Ministério da Educação em 2006. “O curso de Biblioteconomia, que já teve carga horária mínima superior a 3 mil horas, hoje tem que se espremer em 2,4 mil. Enquanto os saberes necessários para a formação do novo profissional bibliotecário aumentam, o MEC diz ‘o curso pode ser construído com uma carga horária menor’. Isso não faz sentido!”, observa a professora da UFMG.

Com mais disciplinas e menos tempo para assimilar o conteúdo, muitos estudantes esbarram em dificuldades de aprendizado e optam por desistir do curso. De acordo com o Censo da Educação Superior 2020, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Brasil registrou 8,5 alunos matriculados por 10 mil habitantes em graduações da área de ciências sociais aplicadas, comunicação e informação, contra a média de sete por 10 mil habitantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Porém, apenas 2,7 concluíram os cursos, contra 6,1 alunos dos países da OCDE.

## REFLEXÃO E AÇÃO

Segundo Cíntia, os desafios da formação em Biblioteconomia são apenas um dos problemas por trás da dificuldade para alcançar outros espaços além das bibliotecas. “Nas escolas, muitas crianças têm contato com um bibliote-

cário que não é bibliotecário de verdade. Então, como queremos que os adultos nos vejam como profissionais sérios e necessários se na lembrança que possuíamos fomos representados por alguém que não fazia ideia do que estava fazendo na biblioteca?”, questiona a doutora em Ciência da Informação pela UFMG.

E não há respostas unânimes para a superação desses problemas. Cíntia indica que é preciso ampliar a troca de experiências entre as pessoas bibliotecárias e os graduandos em Biblioteconomia com profissionais de outros segmentos. “Essa interação tem ocorrido tanto dentro quanto fora da universidade. Começa com os docentes de outras áreas inseridos nos cursos e passa por uma nova geração de futuros bibliotecários mais aberta e dinâmica na busca por esses contatos.”

Diante de tantas mudanças, a formação continuada também se

mostra um caminho necessário. “Cursos de aperfeiçoamento, especialização e até pós-graduações contribuem para que os bibliotecários se diferenciem nesses novos espaços de atuação”, sugere a professora da UFMG. Anderson, por sua vez, acredita que a busca por um mercado mais diverso passa pelo fortalecimento dos conselhos. “Os conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia são relevantes na representação, divulgação, cobrança e manutenção de vagas e na solução de problemas relacionados aos profissionais da área”, opina.

A depender dos esforços de Anderson, Bianca, Maralyza, Vinícius e tantas outras bibliotecárias e bibliotecários, a profissão continuará a romper fronteiras e a se desvencilhar de estereótipos. Afinal, onde houver informação a ser organizada, sempre haverá mercado para esses profissionais.



Freepik

# #SOUBIBLIOTECAESCOLAR

*Iniciativa, apresentada durante a 26ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, visa mobilizar o poder público e a sociedade para o cumprimento da Lei nº 12.244/2010*



Andriela Naomi

Sistema CFB/CRB reunido no estande do CRB-8 na Bienal de SP

**P**avilhões lotados para o encontro entre leitores e histórias, contadas nos mais diversos meios. Após quatro anos de ausência, em razão da pandemia de Covid-19, a Bienal Internacional do Livro de São Paulo voltou ao formato presencial, no dia 2 de julho de 2022, para sua 26ª edição. No ano em que é celebrado o centenário da Semana de Arte Moderna de São Paulo – mo-

vimento vanguardista que, entre outras questões, também discutiu o papel das bibliotecas na construção da identidade brasileira –, o Sistema CFB/CRB lançou a campanha #SouBibliotecaEscolar.

A cerimônia, promovida no fim da tarde de sábado (02/07), na Sala Blogueiros da Expo Center Norte, reuniu pessoas bibliotecárias, parlamentares e representantes das áreas da educação e cultura. A

iniciativa busca articular atores e desenvolver ações conjuntas para garantir o cumprimento da Lei nº 12.244/2010 (Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares), que determinou que todas as instituições públicas e privadas de ensino do país desenvolvessem esforços progressivos para constituírem bibliotecas próprias, com acervo mínimo de um título para cada aluno matriculado.



Bibliotecárias e bibliotecários presentes na Sala Bogueiros, da Bienal de SP

No entanto, o prazo de cumprimento da lei se esgotou em 2020, sem uma mudança efetiva na realidade das escolas brasileiras – cenário amplamente exposto ao longo da cerimônia. No discurso de abertura, a anfitriã do evento e presidenta do CRB-8, Ana Cláudia Martins (CRB-8/8246), destacou a necessidade de sensibilizar o poder público, com apoio da sociedade, para exigir o cumprimento da Lei nº 12.244/2010.

“No Brasil, há milhares de escolas desprovidas de bibliotecas. A ausência desses espaços agrava os indicadores de analfabetismo funcional, cria empecilhos ao desenvolvimento crítico e impede o acesso à cultura. A lei possibilitaria obter investimentos para superar essa situação, mas falta vontade dos gestores públicos para implementá-la. Por isso, vamos nos mobilizar pelas redes e buscar meios políticos para torná-la realidade”, salientou.

Em um discurso emocionado, o presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), Fábio Cor-

deiro (CRB-1/1763), reforçou que a campanha nasceu com a missão de mobilizar a sociedade para que todas as escolas brasileiras tenham bibliotecas com bibliotecários. “É no cerne da escola que nasce a paixão pelos livros, que tem nas bibliotecas o principal equipamento para sua popularização”, disse.

Por isso, Fábio indica que o principal desafio da 19ª Gestão do CFB será fazer com que a Lei nº 12.244/2010 seja cumprida. “Estamos mobilizando as pessoas bibliotecárias nas redes sociais a usarem a hashtag #SouBiblioteca-Escolar e convocando políticos de diferentes espectros para debater os melhores caminhos para efetivação da medida”, destacou, antes de vestir a camisa da campanha.

O gesto simbólico foi repetido por Vera Stefanov, presidente do Sindicato dos Bibliotecários, Cientistas da Informação, Historiadores, Museólogos, Arquivistas, Documentalistas, Auxiliar de Biblioteca e de Centros de Documentação no Estado de São Paulo (SinBiesp). Segundo Vera, algumas salas de lei-

tura disponíveis nas escolas paulistas são verdadeiros ‘depósitos de livros’, onde os profissionais bibliotecários sequer podem entrar. “É como diz o poeta Sérgio Vaz: ‘o livro traz conhecimento, mas o bibliotecário é quem dá asas para voar’”, alertou.

Para a vice-presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (Febab), Adriana Cybele Ferrari (CRB-6/5759), construir escolas com bibliotecas e ter bibliotecários nesses espaços é essencial para o futuro do país. “A desigualdade social avançou nos últimos anos, principalmente entre as mulheres negras. Como podemos combater isso sem investir na formação de novos leitores? Esse é o desafio que a Febab e outras instituições têm assumido, em consonância com a Agenda 2030 da ONU.”

*Assista à transmissão completa do lançamento*



Ana Martins, presidenta do CRB-8



Pascoal da Conceição, ator e diretor



Maria de Lourdes Blatt (Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas do CFB) e Marcos Antonio de Araújo (CRB-8)



Fábio Cordeiro, presidente do CFB

## PARLAMENTARES ABRAÇAM INICIATIVA

Aclamada como uma das mães da campanha #SouBibliotecaEscolar, a educadora, ex-prefeita de São Paulo e deputada federal, Luiza Erundina (PSOL/SP), ressaltou que a Bienal de São Paulo e a iniciativa capitaneada pelo Sistema CFB/CRB se completam. Durante seu discurso em defesa das bibliotecas escolares, a parlamentar citou a gratidão por ter contado com Paulo Freire e Marilena Chauí como seus secretários de Educação e Cultura, nesta ordem, em sua gestão à frente da Prefeitura de São Paulo.

A deputada também convocou seus colegas parlamentares a articularem esforços para a efetivação da Lei da Universalização das Biblio-

otecas Escolares. “Não há democracia quando as leis são descumpridas, assim como não há esperança sem crianças e jovens encantados pelos livros e pelas artes. Por isso, minha saudação a todos os 45 mil bibliotecários e bibliotecárias do Brasil, que prestam um relevante serviço anônimo em favor da mediação da leitura. Vamos pressionar o Poder Executivo a cumprir essa lei.”

Outra madrinha da campanha é a deputada federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS). Apesar de não poder estar presente na cerimônia de lançamento, a bibliotecária e presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Livro, da Leitura e da Escrita participou de uma [live no canal do CFB no YouTube](#) sobre os 60 anos da regulamentação da profissão de bibliotecário no Brasil.

A parlamentar defende que as bibliotecas são “o coração do processo de ensino e aprendizagem. Por isso, devem estar presentes desde cedo na vida de alunos, professores e de toda a comunidade”.

Durante a cerimônia, os deputados federais Nilto Tatto (PT/SP) e Paulo Teixeira (PT/SP) fizeram um paralelo entre o aumento da pobreza no país e a desvalorização da cultura. “O livro está cada vez mais caro e as pessoas estão com cada vez mais fome. Se não tivermos bibliotecas, como poderemos formar novos leitores?”, questionou Nilto, cuja fala foi endossada pelo colega parlamentar. “Precisamos de mais bibliotecas e menos clubes de tiro, pois a leitura é o que liberta e traz oportunidades”, disse Paulo, orgulhoso por ter sido educado em

escolas públicas com bibliotecas, assim como seus seis filhos.

Educador e morador da periferia de São Paulo, o vereador paulista Toninho Vespoli (PSOL) acredita que as bibliotecas permitem a formação do pensamento crítico e da humanização. “Há pessoas que trabalham nas escolas, recebem pouco mais de um salário-mínimo, e sequer entram em uma biblioteca. É preciso que nossas bibliotecas escolares sirvam aos alunos, aos profissionais da educação e à toda a comunidade”, reforçou.

As bibliotecas também ajudam a descortinar um horizonte de ideias, segundo o deputado Enrico Misasi (MDB/SP). Foi o caso dele, que descobriu o gosto pela política ao frequentar esses equipamentos de acesso à leitura. “Quando à Câmara

dos Deputados, fui logo conhecer nossa biblioteca e seu acervo de obras raras. Mas também percebi que muitos colegas sequer valorizam esse espaço. Para mim, uma sociedade mais fraterna só se constrói com leitores capazes de mergulhar no mistério que é o outro.”

Professora universitária, a deputada estadual Janaína Paschoal (PRTB/SP) afirmou ser uma entusiasta dos livros e do poder da leitura. “Sou Biblioteca Escolar, mas também sou biblioteca nos presídios, pois as pessoas que lá estão precisam experienciar a leitura como uma forma de liberdade”. Assim como seus colegas, ela reforçou sua preocupação com o fechamento de bibliotecas no país, que atingiu mais de 700 unidades entre 2015 a 2020, segundo uma

pesquisa do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP).

## INFORMAÇÃO PARA TRANSFORMAR

Coordenadora da Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas do CFB, Maria Lourdes Blatt Ohira (CRB-14/213) detalhou o trabalho conduzido pelo Conselho Regional de Biblioteconomia da 14ª Região (CRB-14). A jurisdição, que representa Santa Catarina, fez há alguns anos um diagnóstico da situação das bibliotecas no estado, utilizando-se da Resolução nº 220 do CFB para estabelecer parâmetros para aplicação de um questionário junto às escolas com mais de 400 alunos e em municípios catarinenses com mais de 5 mil habitantes.



Luiza Erundina, deputada federal (PSOL/SP) e madrinha da campanha, com Ana Martins e Fábio Cordeiro



Adriana Ferrari, vice-presidenta da Febab



Nilto Tatto, deputado federal (PT/SP)



Enrico Misasi, deputado federal (MDB/SP), e Fábio Cordeiro, presidente do CFB



Projeção de vídeo de Marcos Breda, ator e diretor



Vera Stefanov, presidenta do SinbieSP



Toninho Vespoli, vereador por São Paulo (PSOL)



Janaina Paschoal, deputada estadual (PRTB/SP)



Paulo Teixeira, deputado federal (PT/SP)

O trabalho permitiu ao Ministério Público (MP) de Santa Catarina cobrar medidas efetivas por parte das autoridades locais. Como resultado do diagnóstico, 59 vagas de bibliotecários foram abertas em escolas estaduais de Santa Catarina e dez em escolas municipais. “Ganhamos dezenas de bibliotecas escolares com bibliotecários. Trata-se de um avanço para a profissão, mas, principalmente, para a formação leitora nas escolas”, enfatizou.

Ciente dos bons resultados em Santa Catarina, o CRB-8 também iniciou uma grande pesquisa no primeiro semestre deste ano sobre a realidade das bibliotecas escolares em São Paulo. A partir dos mesmos

parâmetros utilizados pelos catarinenses, os paulistas já mapearam a realidade de 15 das 16 regiões administrativas do estado. Ao todo, os questionários foram enviados a diretores de escolas públicas e privadas de 504 municípios.

De acordo com dados preliminares, 93,8% das escolas possuem salas de leitura, sendo 82,25% com professores trabalhando, 26,7% com atendimento ao público e só 3,3% com bibliotecário. “Como deixar o livro em circulação se os alunos e a comunidade não encontram as portas da biblioteca ou sala de leitura aberta, nem profissional habilitado para mediar esse contato?”, provoca o coordenador da Co-

missão Temporária de Bibliotecas Escolares do CRB-8, Marcos Antonio de Araújo (CRB-8/8449).

Caracterizado como Mário de Andrade – um árduo defensor da Biblioteconomia –, o ator e diretor Pascoal da Conceição entoou um texto do autor modernista, atual até hoje. “Isso é a grandeza admirável da Biblioteconomia! Ela torna perfeitamente acháveis os livros como os seres (...). E pelo próprio hábito de fichar, de examinar o livro em todos os seus aspectos e desdobrá-lo em todas as suas ofertas, a Biblioteconomia ralenta os seres e acode aos perigos do tempo, tornando para nós completo o livro, derrubando os quêpis e escovando as becas.”

## ENTREVISTA JONATHAS CARVALHO

Desde seu lançamento, a campanha #SouBibliotecaEscolar ganhou mais e mais apoiadores, que relataram suas histórias com esses espaços e endossaram a urgência pelo cumprimento da Lei nº 12.244/2010. Mas, embora abraçado pelo Sistema CFB/CRB, o projeto nasceu do trabalho de um bibliotecá-

rio cearense: Jonathas Luiz Carvalho Silva.

Professor da graduação e da pós-graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA), é pós-doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Já foi vice-presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da 3ª Região

(CRB-3) – que representa o Ceará e Piauí – e diretor da Regional Nordeste da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Abecin).

Ao Boletim da Biblioteconomia, Jonathas falou sobre suas expectativas em relação à campanha e a necessidade de se cumprir a Lei nº 12.244/2010 - obrigatória desde 2020.

---

**Em qual contexto surgiu a campanha #SouBibliotecaEscolar? Após 12 anos de aprovação da Lei nº 12.244/2010, você acha que ela se tornou ainda mais necessária?**

Há um conjunto de fatores que motivaram a criação. O primeiro é histórico, pois as bibliotecas escolares enfrentam descalço das políticas públicas nos contextos federal, estadual e municipal. O segundo é político, uma vez que os pressupostos das bibliotecas escolares não residem só no espectro legal, mas também na construção de políticas públicas. E o terceiro é institucional, reverberando a ideia de que a escola é mais forte com uma biblioteca, incluindo atividades de alfabetização e letramento, passando pela realização de serviços de informação e orientando o desenvolvimento de condutas profissionais, morais e intelectuais.

A campanha evidencia que só a Lei nº 12.244/2010 não é suficiente, é preciso criar polí-

ticas públicas qualificadas. Por isso, buscamos diversos setores da sociedade, com ênfase nos poderes Legislativo e Executivo, para mostrar a importância de formular, implementar e avaliar políticas voltadas para bibliotecas escolares e tratar isso como um pacto federativo.

**Quais são as suas expectativas em relação à adesão e aos resultados da campanha em âmbito nacional?**

As expectativas giram em torno de dois pontos: sensibilizar e realizar. A sensibilização se dá, em primeiro lugar, a partir do diálogo com a sociedade para estimular a ideia de que a comunidade escolar merece uma biblioteca que seja protagonista nos processos de ensino-aprendizagem. O segundo é junto à classe política, mostrando que as bibliotecas escolares devem ser uma pauta nesses ambientes decisórios nacionais, estaduais e municipais.

Sobre a realização, a campanha pretende contribuir para a construção de políticas públicas que embasem a criação de sistemas estaduais e municipais de bibliotecas escolares, com as devidas garantias orçamentárias – incluindo a contratação de bibliotecários.

**Qual mensagem você deixa para as bibliotecas e profissionais do país?**

As bibliotecas escolares não devem ser voltadas para uma minoria da sociedade, mas para todos os integrantes da comunidade que, direta e indiretamente, lidam com processos educacionais, culturais e informacionais. Os bibliotecários precisam entender que esses espaços são a base histórica da imagem que os alunos têm do trabalho biblioteconômico. Por isso, todo profissional possui o dever de apoiar e participar da campanha, pois dela depende crescimento amplo, sistemático e permanente da área.

## A PESSOA BIBLIOTECÁRIA E SEU PROTAGONISMO POLÍTICO

Profa. Dra. Valéria Aparecida Bari<sup>1</sup>

A Biblioteconomia se projeta num eixo que articula presente, passado e futuro, atuando na salvaguarda, na disseminação, na mediação e na acessibilidade do patrimônio da informação e do conhecimento. É possível atribuir ao filósofo Ortega y Gasset uma definição válida de nossa missão profissional, assim como da explicação pormenorizada de que ela não tem relação direta com nossa missão pessoal. Mas, apesar de a pessoa bibliotecária se constituir em uma função social, os profissionais são únicos. Seus sonhos, anseios, e necessidades os distinguem e devem ser levados em consideração, seja no exercício profissional, seja na representação junto aos órgãos de classe.

A sociedade, com seu modo de vida e seu regime de informação, compõe o campo empírico da prática biblioteconômica. De antemão, recordamos que a convergência das mídias para os suportes digitais alterou, ao longo das últimas três décadas, o regime de informação. As unidades de informação na atualidade se encontram em um processo de virtualização.

A diversificação das fontes de informação também se apresenta como um desafio à pessoa bibliotecária. As fontes tangíveis e tradicionais já haviam recebido séculos de atenção, e, ainda assim, nos deparávamos com materiais alterados, falsificados, plagiados etc. Quem diria que a evolução tecnológica traria a esses profissionais o papel de defender o direito autoral dos autores e, ao mesmo tempo, a população, que se constitui como alvo de notícias falsas, fraudes e conteúdos solapados de suas fontes originais. Criticar o sistema não resolve a questão das fake news, que precisam ser combatidas por medidas formais e coletivas dentro da classe bibliotecária, politicamente

atuando em defesa do direito de informar e ser informado de modo lícito.

Dentre as fontes, o livro foi a que sofreu as mais profundas transformações e sobreviveu para contar, tornando-se um dispositivo que supera a condição de artefato cultural. Essa fonte de informação é legitimada por uma comunidade discursiva: pesquisadores acadêmicos, comunidades profissionais, literatos, especialistas e peritos. A valoração sempre terá vínculo (ou ruptura) com o poder constituído. Sendo assim, discursos minoritários poderão ser publicizados em livros, mas dificilmente serão publicados. Nesse ponto, o protagonismo político da pessoa bibliotecária também muda as regras do jogo, colocando entre as fontes consultáveis as produções regionais ou as de grupos minoritários.

As bibliotecas podem ser, com certeza, dispositivos de exercício de poder. Por outro lado, observando o conceito cunhado por Louis Althusser, podemos constatar que a Biblioteconomia pode vir a se alinhar às práticas repressivas de uma estrutura de governo que se alinhe com métodos de opressão, repressão, exclusão ou aplicação de ideologia de uma determinada classe dominante. Nesse caso, a unidade de informação pode vir a ser um aparelho ideológico cultural do Estado, no qual a “outorga” de bens culturais, com discursos que interessam apenas a um segmento da população, sejam veiculados para a comunidade de usuários, como se fossem “qualitativamente” superiores.

Do ponto de vista ético e deontológico, os profissionais da Biblioteconomia não podem se posicionar como “sujeitos neutros”, que disponibilizarão fontes de informação tradicionais e atuais sem apresentar preferência. Por outro

lado, a apresentação de uma tendência ideológica na prática da Biblioteconomia faz do profissional um pequeno ditador, que cala as manifestações de seus “opponentes” em seu ambiente social de atuação. Por isso, recomenda-se o equilíbrio, com a exposição de diferentes pontos de vista. A decisão de adesão e anuência ao pensamento tem de ser facultada à comunidade, sendo empoderado o poder decisório e a opinião do usuário. Censura não faz parte do protagonismo político da pessoa bibliotecária.

Quando “cancelamos” uma pessoa ou retiramos de circulação uma fonte de informação, sem que a mesma tenha ferido a Constituição Federal, estamos fazendo ação de censura. Ou quando desconsideramos as preferências e produções locais de uma comunidade, em busca da qualidade dos itens de acervo, estamos fazendo ação de censura.

A presença do bibliotecário representa, nos dias atuais, a proteção da comunidade contra as informações falsas e duvidosas, assim como o fortalecimento e a disseminação de fontes seguras de informação e conhecimento. Sendo assim, o protagonismo político dos profissionais da Biblioteconomia depende de cinco importantes fatores:

- Construção da identidade de classe;
- Mobilização para defesa da população e da comunidade usuária;
- Combate às ações de censura em todos os níveis;
- Respeito à constituição e as leis infraconstitucionais em relação à informação e ao conhecimento;
- Aplicação da Lei de Acesso à Informação (LAI) e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em consonância aos melhores interesses da coletividade.

Sendo a Biblioteconomia do século XXI uma atividade profissional de abrangência cada vez mais interdisciplinar e globalizada, devido aos progressos científicos e tecnológicos, é necessário o aprofundamento da discussão deontológica, para que o impacto da função social bibliotecária seja fruto de reflexão e efetivamente contribua para o cunho liberal e humanista da profissão.

Ou seja, não é possível exercer o protagonismo político se estivermos ilhados, desarticulados dos órgãos classistas, não identificados com a classe profissional e anonimamente cultivando nossas ideias. O protagonismo político é constituído na união, na cooperação e nas trocas simbólicas. Ninguém precisa estar sozinho em sua luta cotidiana, as oportunidades estão presentes, mas sem você, elas podem desaparecer.



*Criticar o sistema não resolve a questão das fake news, que precisam ser combatidas por medidas formais e coletivas dentro da classe bibliotecária.”*

---

*1 Doutora em Ciência da Informação (2008). Docente do Magistério Superior Federal (2009). Primeira Decana do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe (DCI/UFS). Membro nato do Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe (PPGCI/UFS). Exerce a Biblioteconomia e Documentação e mantém vinculação ativa e ininterrupta com o sistema CRB/CFB desde 1990.*

# PARA NÃO DEIXAR NINGUÉM DE FORA

*Preconceito, problemas na formação e dificuldades arquitetônicas potencializam desafios para promover a acessibilidade nas bibliotecas do Brasil*

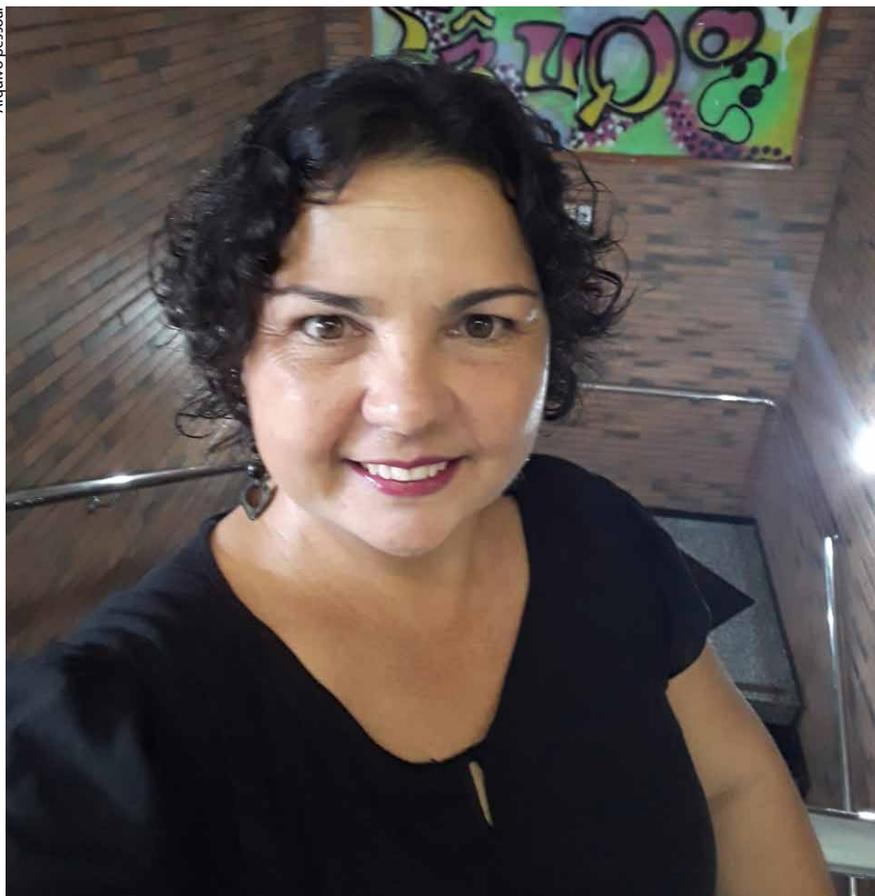


Jader Paes/Agência Pará

O artigo 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada pela Organização das Nações Unidas em 1948, prevê que “todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito à proteção igual contra qualquer discriminação”. Porém, mais de sete décadas de-

pois, a garantia da igualdade de oportunidades ainda esbarra nas dificuldades de acessibilidade aos equipamentos de promoção da informação, como é o caso das bibliotecas. Projetadas para serem ambientes plurais, elas enfrentam diversas barreiras quando o assunto é inclusão.

Para ser considerada inclusiva, uma biblioteca precisa implementar um conjunto de ações para se tornar acessível para qualquer pessoa com deficiência (PCD). No Brasil, o conceito e as definições de acessibilidade em edificações, espaços e equipamentos urbanos são regidas



A bibliotecária Keyla de Faria acredita que a acessibilidade atitudinal seja o maior desafio para inclusão nas bibliotecas



*Em quatro anos, é impossível preparar aquele estudante para se tornar um bibliotecário capaz de lidar com a diversidade.”*

*Keyla de Faria, bibliotecária e idealizadora da biblioteca na AsDown*

pela Norma Brasileira (NBR) nº 9.050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A entidade classifica o tema em oito categorias: arquitetônica, atitudinal, comunicacional, informacional, instrumental, metodológica, mobiliária e equipamentos e programática.

Cada um desses tópicos possui suas particularidades, sendo necessário que as bibliotecas se adaptem a eles. Wagner Santana, ex-consultor técnico da organização Mais Diferenças e atual consultor sênior de educação da Organização das Nações Unidas para a Educação – a Ciência e a

Cultura (Unesco), problematiza essa questão. “Para além da parte arquitetônica, uma pessoa com deficiência que entra nesses espaços encontra livros acessíveis e funcionários capacitados para atendê-la? Uma pessoa surda consegue se comunicar plenamente? E a contação de histórias funciona para uma cegos?”, questiona.

Concordando com os pontos levantados por Wagner, a bibliotecária e idealizadora da biblioteca na Associação Down (AsDown) de Goiás, Keyla de Faria (CRB-1/3227), acredita que a acessibilidade atitudinal representa o maior desafio para os gestores

de bibliotecas no país. “Ela vai na ferida da inclusão, que é aceitar o outro com suas limitações. De que adianta ter um computador com leitor de tela se não há um profissional apto para acolher, instruir e a garantir o direito das pessoas com deficiência de acessar a informação? A falta de acessibilidade atitudinal acaba emperrando todo o processo.”

À frente da Biblioteca As-Down, fundada em abril de 2018, Keyla dedicou tempo e esforços para promover uma inclusão inversa, por meio de ações culturais e do acesso à educação. A proposta era simples: fazer com

o que o portador da síndrome de Down se sentisse incluído na sociedade e não apenas na biblioteca. Por isso, a bibliotecária reconhece as dificuldades das universidades em abarcar todas as particularidades que envolvem a inclusão. “Em quatro anos, é impossível preparar aquele estudante para se tornar um bibliotecário capaz de lidar com a diversidade.”

## **FORMAÇÃO E REPRESENTAÇÃO**

Os desafios da academia ficam mais evidentes diante dos números do Censo 2010. Na época, 24% dos brasileiros disseram ter algum grau de dificuldade intelectual ou motora, enquanto 6,7% declararam uma deficiência. “Se a biblioteca é um espaço democrático, o grande engano dos estudantes é pensar que não trabalharão com pessoas com deficiência. Não só vão, como precisarão investir em cursos de libras e em tecnologia assistiva para se comunicar com o usuário ou ajudá-lo em tarefas, como imprimir um documento em braille”, analisa Keyla.

Pensando na necessidade de apoiar a formação continuada desses profissionais, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (Febab) criou um curso de formação para inclusão de pessoas com deficiência. A capacitação não só ajuda os bibliotecários a criarem ambientes mais acessíveis, com espaços, equipamentos e um atendimento inclusivo, como também disponibiliza um checklist para

diagnosticar os níveis de acessibilidade nas bibliotecas.

De acordo com Keyla, o Grupo de Trabalho Acessibilidade em Bibliotecas (GT-Acess), da Febab, pode ser o catalisador de uma rede para promoção de um atendimento integral para pessoas com deficiência – em conjunto com entidades representativas, como o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB). “Pelo trabalho que realizam, essas entidades podem articular uma rede ampla com os cursos de Biblioteconomia para discutir políticas públicas para garantir o cumprimento da legislação atual, acelerando a inclusão nas bibliotecas e nos centros de informação no país.”

## **DA LEGISLAÇÃO À POLÍTICA**

A doutoranda em Gestão e Organização do Conhecimento pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Michelle Karina Assunção (CRB-6/2164), lembra que o Brasil já possui uma das legislações mais abrangentes do mundo para PCDs. Além dos direitos garantidos na Constituição Federal de 1998 e da Lei nº 13.146/2015 (Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência), as crianças e adolescentes também estão amparados pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pelo Decreto nº 10.502 (Política Nacional de Educação Especial).

No entanto, a defasagem de estatísticas sobre o tema agrava a formulação de políticas públicas mais eficazes. A Pesquisa Nacional de Acessibilidade em Bibliotecas Públicas, da organi-

zação Mais Diferenças, mostrou que 53% das bibliotecas públicas do Brasil contavam com recursos de acessibilidade. Porém, os dados de 2015 já não servem de diagnóstico para mensurar as dificuldades em adquirir tecnologia assistiva, reformar a estrutura das bibliotecas ou capacitar funcionários para um atendimento integral à pessoa com deficiência ou com dificuldades motora e/ou intelectual.

Os problemas ficam ainda mais evidentes quando se conhece de perto a estrutura de várias bibliotecas públicas do país. Muitas ocupam prédios alugados, tombados ou cujo layout dificulta a acessibilidade. O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) – órgão que deveria criar políticas para fortalecer esses equipamentos em estados e municípios – não consegue atuar efetivamente nessa missão. Desde que foi realocado para o Ministério da Cultura (Minc), em 2014, sendo anexado posteriormente pelo Ministério do Turismo, o órgão perdeu autonomia.

Essa fragilidade acentua a exclusão informacional no país, criando novos desafios para os bibliotecários que vivenciam o dia a dia da profissão. Para Michelle, a transformação desses espaços em ambientes mais inclusivos requer suporte do estado e das instituições no apoio ao planejamento de ações efetivas. “Os gestores e os bibliotecários precisam rever as questões de acessibilidade tanto no âmbito instrumental quanto atitudinal e comportamental para que tenhamos uma sociedade mais justa e igualitária no futuro”, arremata.

# CONHEÇA BIBLIOTECAS INCLUSIVAS EM TODO O BRASIL

*Instituições são consideradas referências em acessibilidade em suas regiões geográficas*

Divulgação/Governo do Maranhão



## **BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL DR. ISAIAS PAIM (MS)**

Responsável por um acervo de 300 livros em braille, com audiodescrição, e uma coleção de filmes acessíveis, a biblioteca difunde suas práticas de acessibilidade para todo o território sul-mato-grossense. “Independentemente das limitações físicas, pretendemos aumentar o

número de títulos para que novos leitores surjam a partir de instrumentos como a literatura em braille”, salienta a coordenadora Eleuzina Crisanto de Lima.

A instituição oferece elevador e banheiro acessível, além de uma estrutura mobiliária ampla e inclusiva, como máquina de escrever e impressora em braille, linha braille, lupa, mouse para pessoas com baixa mobilidade, scanner para leitura de livros e outros materiais impressos e teclado colmeia – que impede que mais de uma tecla seja digitada ao mesmo tempo.

A Biblioteca Dr. Isaías Paim ainda possui o projeto Cinema Acessível. “A iniciativa surgiu da necessidade de valorizar os filmes nacionais, além de promover a acessibilidade em todos os sentidos, com as legendas descritivas e audiodescrição, como determina a Lei nº 13.006/2014, que obriga a exibição de produções nacionais na educação básica por, no mínimo, duas horas semanais”, enfatiza Eleuzina.

## **BIBLIOTECA ESTADUAL BENEDITO LEITE (MA)**

Segunda biblioteca pública mais antiga do Brasil, a instituição maranhense é pioneira em inclusão no país e foi uma das dez contempladas pelo projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas, desenvolvido pelo antigo Ministério da Cultura (MinC) e executado pela OSCIP “MAIS Diferenças”. Com isso, tornou-se uma referência em acessibilidade arquitetônica, atitudinal e bibliográfica, mantendo, inclusive, uma exposição permanente e itinerante sobre informação com acessibilidade.

A bibliotecária e diretora da instituição, Aline Nascimento (CRB-13/321), destaca o amplo acervo assistivo oferecido aos usuários, composto por 2.890 exemplares de 1.046 obras em braille, 844 audiolivros, 42 filmes com recursos de acessibilidade e 29 livros em libras. A instituição também dispõe de elevador e plataforma para usuários com deficiência, pisos táteis, banheiros adaptados, sala modificada para até 50 pessoas, computadores com sintetizadores de voz, impressora braille, lupa ele-



trônica e outras dezenas de equipamentos próprios para pessoas com deficiência.

Com apoio do MinC, a Biblioteca Estadual Benedito Leite conseguiu não só permitir o acesso aos seus espaços físicos, como também preparou seus funcionários para tornar a instituição mais inclusiva. “Investimos na capacitação dos colaboradores com um curso técnico em comunicação básica de libras e cursos de políticas públicas de acessibilidade”, ressalta Aline.

### **BIBLIOTECA BRAILLE DO AMAZONAS (AM)**

Inicialmente implantada no prédio da Biblioteca Pública do Amazonas, a Biblioteca Braille está instalada no Bloco C do Centro de Convenções, em Manaus. Referência no estado, o espaço dispõe de um acervo de mais de 50 mil obras – entre livros digitalizados e falados, obras em braille e filmes com audiodescrição. A instituição também disponibiliza estúdios de gravação, máquinas de escrever e impressoras em braille, computadores especiais, scanners de voz e lupas eletrônicas.

Coordenada desde que foi fundada por Gilson Mauro Pereira, que é deficiente visual, a Biblioteca Braille já recebeu prêmios como a medalha da Ordem do Mérito Legislativo do Amazonas (2005) e a medalha de prata no prêmio Ser Humano Oswaldo Checcia – categoria Regional (2015) e na categoria Nacional (2016). Graças aos cursos



e serviços oferecidos no espaço, mais de 50 pessoas com deficiência conseguiram aprovação em concursos e em mais de 260 vestibulares. Atualmente, o espaço recebe, em média, cerca de 1,8 mil visitantes ao ano.

### **BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL DE MINAS GERAIS (MG)**

Com 57 anos de atuação, o Setor Braille da Biblioteca Estadual de Minas Gerais é uma referência em acessibilidade no país. O acervo da instituição possui 2 mil títulos em braille, 2 mil audiolivros e 70 filmes com audiodescrição de autores brasileiros e estrangeiros nos mais variados formatos, disponíveis para consulta e empréstimo domiciliar. Segundo a bibliotecária-chefe Alessandra Soraya Gino (CRB-6/1772), o espaço também oferece exposições mediadas para o público com deficiência visual, o Cine Braille, além de cursos e clube de leitura.

O atendimento e a orientação no Setor Braille são realizados com o apoio de voluntários, que trabalham com leitura viva-voz, transcrições de textos e gravações. Além de toda infraestrutura adaptada, a biblioteca disponibiliza equipamentos como computadores com sintetizador de voz, lupas eletrônicas de mesa



e portátil, ampliador de tela e impressoras especiais.

O espaço ainda conta com exposições táteis durante todo o ano, proporcionando contato com as artes para pessoas com deficiência visual. Entre as exposições de destaque estão os trabalhos em escultura em latão reciclado do artista Leandro Gabriel, as em bronze da artista Vilma Noel e as em ferro soldado da artista Maia Borkowski.

### **BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (PR)**

Uma das mais tradicionais instituições da Região Sul do país, a Biblioteca Pública do Estado do Paraná oferece um dos maiores acervos brasileiros para pessoas com deficiência visual ou baixa capacidade de visão. A instituição possui 3.752 exemplares em braille, 3.512 audiolivros e 25.262 mil livros digitalizados. Entre os equipamentos disponíveis para os usuários, a Biblioteca do Estado do Paraná oferece uma sala de leitura em braille, lupa eletrônica, computadores com leitores de tela e o OrCam MyEye – óculos para pessoas com deficiência visual que funciona como um escaneador de páginas de livros em três idiomas (português, inglês e espanhol).

Esse dispositivo eletrônico permite que as pessoas com deficiência ouçam, em tempo real, o texto na velocidade



desejada. “O escaneamento é compreensível, a entonação boa e os óculos são bem mais práticos do que o braille. É um facilitador no processo de leitura”, relatou a jornalista e deficiente visual Gisele Zolnier, uma das usuárias da biblioteca.

# CFB PARTICIPA DE 16º ENCONTRO TÉCNICO NACIONAL DOS PROGRAMAS DO LIVRO

*Edição de 2022 destacou as tratativas para a efetiva inclusão do bibliotecário como um dos executores do PNLD*



Divulgação CFB

*O CFB e os bibliotecários de todo o país foram convidados a debater as formas de inclusão desses profissionais como executores do PNLD*

O presidente da 19ª gestão do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), Fábio Cordeiro (CRB-1/1763), participou, no dia 9 de junho de 2022, do 16º Encontro Técnico Nacional dos Programas do Livro, em Belém, no Pará. Em um dia inteiramente dedicado aos bibliotecários, a autarquia foi convidada por representantes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a discutir o envolvimento desse profissional no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD).

O CFB e os bibliotecários de todas as unidades da Federação foram convidados a debater as formas de efetivar a inclusão desses profissionais como um dos executores do PNLD, como prevê a Resolução nº 12/2020 do FNDE. Em sua fala inicial, Fábio ressaltou que a presença do biblio-

tecário nas tratativas é imprescindível para qualificar o programa. “Afinal, o bibliotecário está gabaritado para selecionar, processar, disseminar e fomentar o uso didático dos livros.”

Segundo o presidente do CFB, a legislação atual não estabelece distinção de natureza em relação aos itens bibliográficos que devem compor o acervo da escola. “Em vez de separar a coleção bibliográfica entre livros didáticos e paradidáticos, o legislador preferiu dispor – no artigo 20 da Lei nº 12.244/2010 – que esta coleção está em função de quatro fins: consulta, pesquisa, estudo e leitura. Portanto, livro didático é assunto de bibliotecária e bibliotecário.”

No terceiro dia do encontro, pequenos grupos de discussão foram formados para discutir as competências do bibliotecário no PNLD. Em se-

guida, as propostas de cada grupo foram compartilhadas. A secretária executiva do Plano Nacional do Livro e Leitura do FNDE, Nadja César, acolheu a sugestão de se criar um grupo de trabalho (GT) destinado a produzir uma minuta de resolução para tal fim, do qual o CFB fará parte.

Sobre o 16º Encontro Técnico Nacional dos Programas do Livro

O evento foi realizado entre os dias 7 e 10 de junho de 2022, na capital paraense. Durante quatro dias, professores, pedagogos e técnicos discutiram a respeito das ações de aprimoramento do PNLD. Há 85 anos, o Plano se firmou como a política pública mais longeva do país e a maior do mundo na área da leitura. Em 2021, atendeu mais de 28 milhões de alunos, em três etapas de ensino.

# CELEBRAR O PRESENTE E PENSAR NO FUTURO

*Mês da Bibliotecária e do Bibliotecário reuniu mais de 50 atividades com foco no debate de políticas públicas sobre a área da informação no Brasil*



onde a informação se encontra, seja nas bibliotecas, centros de pesquisa, no diálogo com outras áreas do conhecimento e nos novos espaços digitais de compartilhamento de informações”, avalia.

## REFLETIR PARA AGIR

Apesar do pioneirismo na gestão da informação, o bibliotecário enfrenta um cenário adverso, amplamente discutido durante as celebrações de março. Segundo um estudo do movimento Todos pela Educação, o Brasil precisaria construir 128.020 bibliotecas escolares para atender à Lei nº 12.244/2010, que estabelece a obrigatoriedade da existência de um acervo de pelo menos um livro por aluno em cada instituição de ensino do país.

No entanto, segundo dados do Censo Escolar 2021, apenas 31,5% das escolas municipais, 53,9% das estaduais e 64,1% das instituições privadas possuem bibliotecas. O percentual também sugere um déficit de bibliotecários em todo o país. “Com os eventos de março buscamos unir forças e conhecimento, compartilhar estratégias e encontrar soluções para democratizar o acesso ao saber e à cultura”, destaca o presidente do CRB-1, Raphael Cavalcante (CRB-1/2435).

“A palavra não é privilégio de algumas pessoas, mas um direito de todos”, já sentenciava Paulo Freire, um dos principais educadores brasileiros da história. Não por acaso, o acesso à informação é um direito previsto no artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Mas, embora as novas tecnologias de comunicação tenham ampliado as possibilidades de produção e divulgação de conteúdo, a validação do conhecimento continua indispensável à construção da cidadania.

Para estimular essa reflexão, os conselhos regionais – com liderança do Conselho Regional de Biblio-

teconomia da 1ª Região (CRB-1) – promoveram o Mês da Bibliotecária e do Bibliotecário 2022. Sob o tema “Informação, Bibliotecas, Memória e Cidadania”, a iniciativa contemplou mais de 50 atividades entre os dias 7 a 31 de março deste ano. O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e instituições convidadas de todo o país também participaram da ação.

O presidente do CFB da 19ª Gestão, Fábio Lima Cordeiro (CRB-1/1763), acredita que o evento conseguiu mostrar os avanços da profissão nos últimos anos. “A programação especial evidenciou que devemos estar

## CONHECIMENTO COMPARTILHADO

*Confira a lista de atividades divulgadas nos canais dos conselhos federal e regionais durante o Mês da Bibliotecária e do Bibliotecário*

### CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB)

- [A ética na sociedade, na área da informação e na atuação profissional](#)

### CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA DA 1ª REGIÃO (CRB-1)

- [O impacto da LGPD na Ciência da Informação](#)

- [Apresentação de fontes de informação legislativas da Câmara dos Deputados](#)

### CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA DA 2ª REGIÃO (CRB-2)

- [Atuação do bibliotecário: diálogos entre cultura e informação](#)

- [Honra ao Mérito Bibliotecário](#)

### CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA DA 3ª REGIÃO (CRB-3)

- [Roda de conversa: bibliotecas como lugar de memória](#)

- [Roda de conversa: Biblioteconomia e acessibilidade](#)

### CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA DA 4ª REGIÃO (CRB-4)

- [De onde viemos: a história pernambucana e alagoana da Biblioteconomia](#)

- [Debate | Diversidade da atuação profissional](#)

- [Debate | O ensino da Biblioteconomia - Diálogo entre universidades](#)

- [Debate | A Agenda de 2030 - O que os bibliotecários têm a ver com isso?](#)

- [Bate-papo | Vamos falar sobre saúde mental? O bibliotecário pós-pandemia](#)

- [Os futuros das bibliotecas e o papel do bibliotecário](#)

### CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA DA 5ª REGIÃO (CRB-5)

- [Bibliotecária e bibliotecário: protagonismo político](#)

- [Depoimentos de representantes das entidades organizadoras do -Mês da Bibliotecária e do Bibliotecário 2022](#)

### CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA DA 6ª REGIÃO (CRB-6)

- [Oficina | Gerenciamento de projetos para bibliotecários](#)

- [Lançamento do livro "Políticas Públicas de Acessibilidade nas Instituições de Ensino"](#)

- [RDA sob os modelos conceituais: remodelando os bibliotecários de catalogação](#)

- [A importância do livro e da leitura nos presídios do ES](#)

- [Como as redes sociais mudaram a forma de enxergar as pessoas](#)

### CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA DA 7ª REGIÃO (CRB-7)

- [Uma homenagem aos bibliotecários](#)

- [Projeto Torre de Babel | A biblioteca transfigurando seu papel](#)

- [Projeto ArticulaBiblio | Live com deputado estadual, Flávio Serafini](#)

- [Projeto AtualizaBiblio: bibliotecas públicas para quem?](#)

- [Bibliotecas e a importância dos estágios](#)

- [Lançamento do livro "Histórias de comunidades e bibliotecas", de Jorge Prado Kroll](#)

- [Bibliotecários editores: que percurso é esse?](#)

### CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA DA 8ª REGIÃO (CRB-8)

- [Trem da Madrugada](#)

- [Biblioteconomia e sociedade](#)

- [Ética e redes sociais](#)

- [Live espetáculo | "Um papo com Mário de Andrade: coisas de sarapantar"](#)

### CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA DA 9ª REGIÃO (CRB-9)

- [Importância e papel das entidades de classe bibliotecárias](#)

- [Solenidade em comemoração ao Dia d@ Bibliotecári@](#)

### CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA DA 10ª REGIÃO (CRB-10)

- [Frentes parlamentares para políticas públicas do livro e da leitura: quais os desafios?](#)

- [Entidades de classe para quê?](#)

- [A situação das bibliotecas escolares do RS: como podemos intervir?](#)

- [Bibliotecário: a política na sua formação e atuação](#)

### CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA DA 11ª REGIÃO (CRB-11)

- [Diálogos e interfaces no fazer do bibliotecário – Parte 1](#)

- [Diálogos e interfaces no fazer do bibliotecário – Parte 2](#)

### CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA DA 13ª REGIÃO (CRB-13)

- [Oficina | Visualização de dados públicos: case Visão](#)

### CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA DA 14ª REGIÃO (CRB-14)

- [Pílulas | Filme The Public](#)

- [Fazer social da biblioteconomia catarinense](#)



**Sistema CFB / CRB**  
Conselho Federal de Biblioteconomia  
Conselhos Regionais de Biblioteconomia

## **NAS MÍDIAS**

Fique por dentro das informações e eventos do CFB:

